



Av. Presidente Vargas, 800 - Belém (Pa) - Companhia Aberta - Carta Patente :3.369/00001 - CNPJ: 04.902.979/0001-44

A despesa reconhecida no exercício em decorrência dos benefícios anteriormente acima especificados está assim distribuída:

	2012	2011
Auxílio-saúde	(14.805)	(16.341)
Aposentados de responsabilidade do Banco	(13.808)	(11.526)
TOTAL	(28.613)	(27.867)

Intervenção na CAPAF
Para solucionar o déficit apresentado nos planos administrados pela CAPAF, a PREVIC, por intermédio das Portarias nºs 254, 255 e 256, todas de 25.05.2011, publicadas no Diário Oficial da União de 27.05.2011, autorizou a implantação de novos planos, fixando o prazo, improrrogável, de até 30.09.2011, para início do funcionamento dos mesmos.
Pelo fato do processo de pré-adesão não ter viabilizado a implantação dos novos planos, uma vez que apenas 61,20% do público alvo se manifestou favorável, foi decretada, pelo prazo de 180 dias, a intervenção na CAPAF e nomeado um interventor. Referido prazo foi prorrogado, através das Portarias nºs 142 e 508, publicadas no Diário Oficial da União em 22 de março de 2012 e 14 de setembro de 2012, respectivamente, por igual período.
Outra prorrogação foi concedida, dessa vez para o início de funcionamento dos Planos de Benefícios Previdenciário – Prev Amazônia, Plano Misto de Benefício Saldado e Plano Saldado de Benefício Definido. Essa prorrogação foi realizada pelas Portarias nºs 562, 563 e 564, de 03 de outubro de 2012.
O Interventor da CAPAF, diante do total desequilíbrio e exaustão dos recursos financeiros da Entidade, em março de 2012, apresentou ao Banco três propostas alternativas àquela aprovada pela PREVIC em agosto de 2010, manifestando entendimento de que a melhor opção seria a implantação dos planos saldados juntamente com o lançamento do PrevAmazônia e negociação do passivo trabalhista (acordo judicial nos autos) com aqueles que pleiteiam os benefícios da Portaria nº 375/1969.
Dentre as soluções apontadas pelo Interventor, aquela que apresenta a melhor estrutura do ponto de vista da segurança jurídica, diz respeito ao saldamento acompanhado da extinção definitiva dos processos trabalhistas, mediante a celebração de acordos judiciais, considerando que a as decisões dos tribunais sobre as demandas têm se mostrado desfavoráveis tanto ao Banco quanto à CAPAF.
A proposta que melhor evidencia a real possibilidade de aumento significativo de adesões para atingir níveis que viabilizem atuarialmente a implantação dos planos saldados e que possibilite o equacionamento dos atuais planos de benefícios, além de contemplar a extinção do passivo judicial que pesa sobre a CAPAF e o seu Patrocinador, foi submetida à análise da Secretaria do Tesouro Nacional e do Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (DEST).
Em maio de 2012, por considerar que não houve alteração na proposta de saldamento aprovada anteriormente, os órgãos consultados concluíram pela adoção da solução sugerida pelo Interventor da CAPAF. Assim, em 20 de agosto de 2012, iniciou o prazo para adesão aos planos saldados e em 29 de agosto de 2012 as audiências de conciliação nos diversos Tribunais Regionais para homologação dos acordos judiciais, envolvendo o pagamento de recursos financeiros àqueles com ações judiciais interpostas até 04 de outubro de 2011 (data da intervenção da CAPAF) com pretensões oriundas da Portaria nº 375/1969.
Em 09 de outubro de 2012, encerrou o prazo para adesão aos planos saldado, restando ainda alguns acordos que estão sendo realizados na esfera do judiciário, alcançando o processo cerca de 52% do público alvo. Até o final do exercício de 2012, o Banco pagou, a título de homologação de acordos judiciais, o montante de R\$6.848.

25. Remuneração Paga aos Empregados e Administradores
a) Remuneração dos empregados (em R\$ unitários)
A remuneração média mensal paga pelo Banco aos seus empregados é de R\$4.853,50 (R\$5.530,60 em 2011). A maior e menor remuneração mensal dos seus empregados correspondem a:

	2012		2011	
	Maior	Menor	Maior	Menor
Empregados	17.441,47	1.649,20	16.224,62	1.520,00
Vencimento básico	3.108,72	1.030,49	2.891,83	958,60
Adicional por tempo de serviço	797,16	-	741,54	-
Adicional de função comissionada	3.599,45	-	3.348,32	-
Gratificação especial mensal	2.501,78	349,37	2.327,23	324,99
Complem. pessoal temp. adicional de função	7.434,36	-	6.915,70	-
Acordo de trabalho	-	269,34	-	236,41

Neste exercício, foi destinado aos empregados, a título de participação nos lucros, o montante de R\$15.134 (R\$6.285 em 2011).

b) Remuneração do pessoal chave da administração
A remuneração média mensal paga pelo Banco aos seus administradores está abaixo demonstrada:

	2012	2011
Diretoria	29.353,35	33.689,04
Conselho de Administração	2.643,50	2.724,40
Conselho Fiscal	2.825,30	2.617,72

Os honorários atribuídos, no exercício, aos administradores do Banco são compostos conforme segue (em R\$ mil):

	2012	2011
Diretoria	2.827	3.084
Honorários	2.457	2.426
Ajuda de Custo	-	199
Participação no Lucro	370	459
Conselho de Administração	204	196
Conselho Fiscal	138	141
Comitê de Auditoria	276	315
TOTAL	3.445	3.736

26. Processo de Gerenciamento de Riscos
A Gestão de Riscos, no âmbito do Banco da Amazônia S.A, tem como objetivo permear os riscos existentes em todas as atividades do Banco, de modo a maximizar as oportunidades e minimizar os efeitos negativos, contribuindo para que os objetivos sejam alcançados, as causas geradoras de danos sejam eliminadas, ou os efeitos sejam mitigados de modo a não prejudicar ou fragilizar o regular andamento dos processos.
A gestão de risco está distribuída em:

Risco de Liquidez
A gestão do Risco de Liquidez no Banco da Amazônia é regida pela Política de Risco de Liquidez, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração. A Política estabelece os limites para os Índices de Disponibilidade, sendo o monitoramento e avaliação do fluxo de caixa (aferação dos descasamentos entre pagamentos e recebimentos) da Instituição realizado pela Gerência de Riscos.
O maior volume de recursos está alocado em papéis públicos, dos quais as LFT's detém maior participação por serem indexados a SELIC, e as operações compromissadas com posição doadora de recursos, mantendo o perfil histórico da Instituição.

Gestão do Risco de Crédito
A Política de Risco de Crédito do Banco, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração, tem o propósito de estabelecer estratégias, rotinas, sistemas e procedimentos direcionados à mensuração e mitigação da exposição ao risco de crédito, à prevenção e redução da inadimplência e manutenção da boa qualidade do crédito em todas as operações em que o Banco atua como uma das contrapartes.
No modelo interno de avaliação de risco de crédito estão inseridas as diretrizes de gestão desse tipo de risco, cuja finalidade é identificar, mensurar e ponderar a exposição do Banco em suas operações de crédito, permitindo o estabelecimento de rating para o tomador e respectivas operações creditícias.
A classificação dos créditos do Banco, atualmente, distribui-se em diferentes níveis de risco (rating), levando-se em conta as características e o perfil do tomador de crédito e da operação, qualificando o risco mínimo em nível "AA" e o risco máximo em "H". A política adotada pela Instituição baseia-se em somente realizar operações de crédito com pleiteantes, pessoa física ou jurídica, cujo nível de risco esteja situado entre os ratings AA e C, inclusive, dentre os níveis de risco de crédito previstos pela Resolução CMN nº 2.682/1999.
Foram adotadas as seguintes ações para qualificar a concessão do crédito, alinhar-se às melhores práticas do mercado bancário e voltar-se com segurança e modernidade à gestão do risco de crédito, em conformidade com a política institucional de gestão do risco de crédito e à vista das diretrizes de Basileia II e da Resolução nº 3.721/2009:
1. Contratação de empresa especializada em gestão de risco de crédito para desenvolver solução de gestão de risco de crédito para o Banco da Amazônia, focada nos mercados de Varejo e de Atacado. A solução está em fase de finalização e ajustes nas especificidades do Banco e demandas legais do BACEN.
2. Contratação de empresa especializada em Modelagem e Validação de Risco de Crédito com os seguintes objetivos: I) revisar os modelos de avaliação de risco de crédito (remodelagem) que o Banco utiliza para mensuração e gerenciamento de exposições ao risco de crédito e para efeito de atendimento aos termos da Resolução CMN nº 2.682/1999 e 3.721/2009 e demais regulamentações associadas; II) elaborar modelagens adicionais de avaliação de risco de crédito, compatíveis com as necessidades da nova realidade organizacional e de mercado e o novo modelo de negócios do Banco com a segmentação de clientes; III) redefinir fronteiras de decisão, pontos de corte e limites de exposição ao risco de crédito. A consultoria entregou diagnóstico correspondente à primeira etapa do projeto. A conclusão do projeto está prevista para 31 de março de 2013.
3. Contratação de empresa especializada para implantação de solução de controle de garantias, objetivando consolidar a base de garantias do Banco e oferecer ferramentas automatizadas para o seu gerenciamento. A previsão para entrada em produção do sistema é fevereiro de 2013.

Gestão de Risco de Mercado
O processo de gerenciamento e controle deste risco de mercado no Banco da Amazônia é regido pela Política de Risco de Mercado, aprovada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração, a qual estabelece os limites máximos de exposição por fator de risco, tipo de papel e limite de VaR, além dos critérios utilizados na classificação da carteira de negociação (trading), conforme os termos da Circular/BACEN nº 3.354/2007.
Em função da sua posição conservadora em termos de exposição, o Banco da Amazônia mantém alocação de 69,3% do valor de mercado (MtM) da sua carteira indexada à SELIC e CDI. O baixo valor em risco é também evidenciado por um VaR de R\$3.401 em 2012 (R\$1.759 em 2011), o que representa um percentual de 0,05% do valor de mercado do total da carteira.

27. Análise de Sensibilidade
O Banco da Amazônia mantém um processo permanente de monitoramento de todas as posições expostas ao risco de mercado, através de medidas aderentes às melhores práticas do mercado financeiro nacional e internacional, e condizente com Basileia II.



O quadro a seguir demonstra a análise de sensibilidade dos ativos classificados para negociação e disponíveis para venda na carteira de tesouraria:

Exposições Financeiras		Dezembro/2012 - R\$ mil		
Fatores de Risco	Definição	Cenários		
		1	2	3
Prefixado	Exposições sujeitas à variação de taxas de juros prefixadas em reais	-	19.544	38.000
Índice de preços	Exposições sujeitas à variação da taxa dos cupons de índice de preços	2.261	10.593	20.662
Cupom cambial	Exposições sujeitas à variação da taxa dos cupons de moeda estrangeira	(2)	(1.430)	(2.850)
Outros	Exposições que não se enquadram nas definições anteriores	(1)	(138)	(276)
TOTAL		2.258	28.569	55.536

A análise de sensibilidade foi efetuada a partir dos seguintes cenários, considerando informações de mercado (BM&FBovespa, Anbima, Bacen, etc) em 31 de dezembro de 2012:
Cenário 1: A base deste cenário são as condições de mercado para os fatores de risco, tais como a curva de taxa de juros futuros DI e o câmbio do dia. Utilizou-se a cotação Reais/Dólar a R\$2,04 e a taxa DI de 1 ano no nível de 6,90%a.a.
Cenário 2: Foi aplicado estresse de 25% sobre os dados acima (cenário 1). Os resultados projetados foram a cotação Reais/Dólar a R\$2,55, e a taxa DI de 1 ano no nível de 8,63%a.a., com as oscilações dos demais fatores de risco representando choque paralelo de 25% nas respectivas curvas ou preços.
Cenário 3: Foi utilizado estresse de 50% sobre os dados do cenário 1, resultando, para a cotação Reais/Dólar, o valor de R\$3,06 e para a taxa DI de 1 ano, o nível de 10,35% a.a., com as oscilações dos demais fatores de risco representando choque paralelo de 50% nas respectivas curvas ou preços.

Os resultados apresentados no quadro de análise de sensibilidade refletem os impactos para cada cenário numa posição estática da carteira para o dia 31 de dezembro de 2012. O cenário 1, como projeção de perda sem estresse, apresentou VaR de aproximadamente R\$2.258; os cenários 2 e 3 com estresse apresentaram VaR de R\$28.569 e R\$55.536, respectivamente. Os resultados apresentados confirmam o perfil conservador do Banco da Amazônia, que mesmo com choques paralelos de 25% e 50% sobre todo o cenário de referência, apresentaram baixa variação no valor das posições detidas pela instituição.

	2012	2011
Lucro líquido na Demonstração de Resultado	165.949	78.568
Outros Lucros Abrangentes	17.335	7.183
Ajustes de Avaliação Patrimonial	15.584	766
Próprios	15.584	766
Marcação a mercado positiva	85.629	17.508
Marcação a mercado negativa	(70.045)	(16.742)
Realização da Reserva de Reavaliação	1.751	6.417
IR e CSLL sobre Outros Lucros Abrangentes	(6.934)	(2.873)
Sobre a marcação a mercado	(6.234)	(306)
Sobre a realização da reserva	(700)	(2.567)
Lucro Abrangente líquido de IR e CSLL	10.401	4.310
Lucro Abrangente	176.350	82.878

29. Informações complementares
a) Avais e fianças prestados
Os avais e fianças prestados pelo Banco apresentam a seguinte composição:

	2012	2011
Garantias prestadas, inclusive risco de crédito do FNO	5.329.427	4.767.168
Coobrigação em cessão de créditos – alongamento crédito rural	92.635	85.140
TOTAL	5.422.062	4.852.308

b) Seguros
O Banco mantém seguros contra incêndio e outros riscos para itens do imobilizado, cuja cobertura é de R\$142.575 (R\$135.492 em 31.12.2011), determinada em função dos valores e riscos envolvidos.
c) Contingências
Passivos cíveis, fiscais e trabalhistas - Sempre que a perda é avaliada como provável, com a expectativa de saída de recursos, é constituída provisão, a qual é calculada através da utilização de metodologia estatística de estimativa, atendendo assim, ao CPC nº 25, aprovado pela Deliberação CVM nº 594/2009.
Ações de natureza fiscal – São ações decorrentes de autuações fiscais pelo poder público no âmbito da União, estados e municípios. A provisão é constituída em 100% dos valores executados;
Outros – referem-se a ações judiciais ingressadas por cotistas dos fundos de investimentos geridos e custodiados pelo Banco Santos, para liberação de recursos aplicados, em função da liquidação daquela Instituição. Até 31 de dezembro de 2012, foram interpostas contra o Banco 869 ações. O saldo da provisão para cobrir futuras perdas estimadas é de R\$8.893 (R\$18.173 em 31.12.2011). No exercício, foram cumpridas 57 ações no valor de R\$20.546 (R\$5.901 em 31.12.2011).